

CORONEL ANTONIO PAES DE BARROS ROTEIRO GENEALÓGICO E PROJEÇÃO POLÍTICA

Por Aduino Alencar

Não vamos aqui apresentar a genealogia Paes de Barros, em virtude de sua extensão, mas apenas situar o coronel Antônio Paes de Barros no quadro familiar. Maria de Campos Rondon casou-se a primeira vez com José de Barros Pereira e residiam em Diamantino (antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino). Esta denominação advém de um erro geográfico, pois no início de sua fundação julgaram que ali era a nascente do rio Paraguai. José de Barros Pereira faleceu em seu sítio denominado Buriti, em Diamantino, a 29 de março de 1825 e sepultado na matriz de Diamantino (solenemente, no dizer de sua mulher). Deste casamento nasceram os filhos:

1) Salvador de Barros Pereira, nascido em 1816. Dedicou-se ao comércio em Diamantino.

2) João Leite de Barros, nascido em 1820. Dedicou-se à lavoura em Diamantino.

3) Ana Custódia de Barros, nascida em 1818. Casou-se com Francisco de Paula Nunes.

4) Manoel de Barros Pereira, nascido em 1823. Casou-se com Rosa Leite de Paula, filha legítima de Francisco de Paula Correa e de Mariana Luiza da Conceição (veja família Correa da Costa). José de Barros Pereira deixou uma filha natural reconhecida, havida antes do casamento, de nome Ana Fernandes de Barros, nascida em 1813, havida com uma parda de nome Maria Fernandes, livre (forra) e residia em São Pedro del Rey, hoje Poconé, e faleceu solteira, com 18 anos, a 18 de maio de 1831 (no dizer de seu tutor, em estado de virgindade).

Por falecimento de José de Barros Pereira, Maria de Campos Rondon contraiu segundas núpcias, com o capitão Antônio Paes de Barros; ela falecida em 1843 e o capitão Antônio Paes de Barros em 1844. Deste casamento nasceram os filhos:

1) José, batizado na catedral de Cuiabá a 21 de junho de 1829, branco, com 2 meses.

2) Joaquim José Paes de Barros, batizado na catedral de Cuiabá a 6 de junho de 1830, branco, com 18 dias.

3) Francisco, batizado na catedral de Cuiabá a 31 de dezembro de

1831, branco, com 1 mês.

4) Mariana, batizada na catedral de Cuiabá a 4 de abril de 1833, branca, com 22 dias. Casou-se com Cândido Aureliano da Costa. José e Francisco não apareceram no inventário da mãe; por certo faleceram criança. Quando faleceu o capitão Antônio Paes de Barros, habilitaram-se nos autos, como herdeiros:

Mariana

Joaquim

Delfina Maria de Jesus (filha natural, casada com José Teixeira Moreira) por certo reconhecida, pois a habilitação deu-se normalmente.

Ingressou nos autos, com um libelo cível de filiação (o que se denomina hoje de investigação de paternidade), José da Costa e Arruda, dizendo-se filho natural do capitão Antônio Paes de Barros, havido com Joana Maria da Silva, mulher solteira. E na verdade provou com testemunhas que era mesmo filho natural do capitão Antônio Paes de Barros e foi contemplado na herança, que entre outras coisas constavam 7 escravos. Aqui vamos tratar apenas de um filho deste casal, que é o segundo por ordem de nascimento, que é o comendador Joaquim José Paes de Barros, batizado, como vimos, a 6 de junho de 1830 e faleceu em 1893. Casou-se com 16 anos, conforme consta do termo do livro nº1 da freguesia de Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo (hoje Santo Antônio de Leverger) página 53:

“Aos 23 dias do mês de novembro do ano de 1845, casaram-se em casa do capitão Francisco Vieira de Almeida, Joaquim José Paes de Barros, branco, com 16 anos, filho legítimo de Antônio Paes de Barros e de Maria de Campos Rondon, com Maria Vieira de Almeida, com 12 anos e 3 meses, filha legítima do capitão Francisco Vieira de Almeida e de Inês Vaz da Silva (Nota: Inês, depois, passou a se assinar Inês Vieira de Almeida)”.

Sendo Joaquim José Paes de Barros, órfão de pai e mãe, foi o próprio capitão Francisco Vieira de Almeida quem requereu o alvará para que se realizasse o casamento. Oficiou o ato o padre Miguel Dias de Oliveira, vigário colado de Santo Antônio de Leverger. Maria Vieira de Almeida passou a se assinar Maria Vieira de Barros e faleceu a 20 de junho de 1889. Deste casamento nasceram os filhos:

1) Coronel Antônio Paes de Barros, mais conhecido por Totó Paes, nascido em Santo Antônio do Leverger a 15 de dezembro de 1851 e batizado na matriz de Santo Antônio a 28 de março de 1852.

Casou-se em casa de seu sogro, capitão Miguel Ângelo de Oliveira Pinto, com provisão de 1878, em virtude de não haver naquela época vigário em Santo Antônio, com Úrsula Ângela de Oliveira Pinto, filha legítima do capitão Miguel Ângelo de Oliveira Pinto e de Francisca Rosa de Oliveira Pinto e estes eram parentes, sendo Francisca Rosa filha natural do padre

Miguel Dias de Oliveira.

Do casamento do coronel Antônio Paes de Barros com Úrsula Ângela de Oliveira Pinto, nasceram os filhos:

1) Miguel Ângelo, nascido a 1 de outubro de 1879 e batizado em Santo Antônio a 18 de novembro de 1879. Não aparece no inventário do pai.

2) Alice Paes de Barros, nascida a 2 de dezembro de 1882 e batizada em Santo Antônio a 30 de maio de 1883. Casou-se no palácio do governo, na Praça Alencastro, a 20 de abril de 1901, com o advogado João de Aquino Ribeiro, nascido no Estado de Alagoas entre 1871 e 1872, pois contava 29 anos, filho legítimo de Pedro Rodrigues de Oliveira Ribeiro e de Carolina Ribeiro. Deste casamento nasceram os filhos (que encontrei no livro de batismo da igreja São Gonçalo):

2a) Alice, nascida a 7 de abril de 1902 e batizada na igreja de São Gonçalo a 19 de março de 1904;

2b) Antônio, nascido a 30 de junho de 1903 e batizado na igreja de São Gonçalo a 19 de março de 1904;

3) Ana Clara Paes de Barros nascida a 10 de dezembro de 1895 e batizada em Santo Antônio a 23 de setembro de 1897

4) Aída Paes de Barros nascida a 4 de agosto de 1900.

O segundo filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi:

Joaquim José Paes de Barros, nascido a 10 de agosto de 1853 e batizado em Santo Antônio a 11 de abril de 1854. Casou-se a 23 de junho de 1882 com Rosalina Carolina de Carvalho, batizada no Engenho São Miguel, de propriedade do pai, a 13 de janeiro de 1861 com 2 meses, filha legítima do comendador Antônio Henrique de Carvalho e de Tereza Rodrigues de Carvalho (veja descendência do comendador Antônio Henrique de Carvalho).

O terceiro filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi:

Inês Paes de Barros, que se casou com 19 anos, a 22 de novembro de 1870, com o coronel Severo José da Costa e Silva, com 19 anos.

O quarto filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi:

Coronel João Paes de Barros, batizado em Santo Antônio a 8 de setembro de 1857 com 6 meses e faleceu a 31 de julho de 1905. Casou-se com Ana Francisca Galvão de Barros, filha de criação do tenente coronel José Leite Galvão e faleceu a 9 de agosto de 1945.

O quinto filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi:

Manoel Antônio Paes de Barros, nascido a 13 de junho de 1855 e batizado em Santo Antônio a 24 de Fevereiro de 1856. Casou-se com 27 anos a 4 de julho de 1882 com sua prima Antônia Maria Vieira de Almeida, com 18 anos, filha legítima do capitão Antônio Vieira de Almeida e de Joaquina Metello Vieira de Almeida.

O sexto filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi: Francisco, nascido a 28 de fevereiro de 1859 e batizado em Santo Antônio a 14 de junho de 1859. Não apareceu no inventário do pai.

O sétimo filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi: Rosalina Paes de Barros, nascida a 28 de dezembro de 1861 e batizada em Santo Antônio a 30 de março de 1862. Foi seu padrinho o Barão de Aguapeí (João Batista de Oliveira). Casou-se com Antônio Ângelo de Oliveira Pinto. Em 1893 ambos já eram falecidos e deixaram uma filha de nome Maria Rosalina de Oliveira Pinto.

O oitavo filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi: O coronel Henrique Paes de Barros, nascido a 15 de julho de 1864 e batizado em Santo Antônio a 21 de agosto de 1864. Casou-se com sua parenta Inês Vieira de Almeida, filha legítima do capitão Antônio Vieira de Almeida e de Rita Gaudie Serra.

O nono filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi: Maria da Glória Paes de Barros, batizada em Santo Antônio a 30 de maio de 1866 com 19 dias. Casou-se com o major Salvador Soriano de Almeida, falecido a 15 de junho de 1915, filho legítimo do alferes Manoel Fernandes de Almeida e de Rosa Maria Teixeira.

O décimo filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi: O coronel José Paes de Barros.
O décimo primeiro filho do comendador Joaquim Paes de Barros, foi:

Pedro Paes de Barros, batizado em Santo Antônio a 8 de dezembro de 1872 e faleceu solteiro a 18 de dezembro de 1948.

O décimo segundo filho do comendador Joaquim José Paes de Barros, foi:

Ana Paes de Barros, batizada em Santo Antônio a 4 de abril de 1875 com 6 meses.

Esta relação familiar serve para se identificar quais os irmãos e parentes do coronel Antônio Paes de Barros que fizeram parte no cenário político daquela época. Corria o ano de 1899, quando surgiu no cenário político de Mato Grosso a figura do coronel Totó Paes, tão contestada e injustificada daquela data em diante. Tudo era tranqüilo na progressista Usina do Itacy, uma das melhores da América do Sul. Tudo começou por desentendimentos políticos entre pessoas da mesma linhagem política. Itacy era o cartão postal do Rio Abaixo, com escola, banda de música e até moeda própria. Mas esta cisão política caiu sobre o Itacy como uma maldição de Cassandra, a célebre vestal do palácio de Tróia, que ao ver o palácio incendiado, gritava aos quatro ventos: "malditos sejam vocês, gregos profanadores". Era o chefe maior da política de um grupo, o coronel

Generoso Paes Leme de Souza Ponce, de quem o coronel Antônio Paes de Barros era correligionário. As eleições estavam próximas, para presidente do Estado de Mato Grosso. O coronel Ponce apresentou como candidato, o Dr. João Felix Peixoto de Azevedo. O coronel Antônio Paes de Barros, juntamente com diversos políticos, não concordavam e queriam como candidato o Dr. José Maria Metello. Houve a cisão. Foi escolhido o Dr. João Felix Peixoto de Azevedo. Os dissidentes viram na pessoa do coronel Antônio Paes de Barros a figura ideal para chefiar a reação e sob o comando do coronel Totó Paes a Assembléia Legislativa foi cercada e esta foi obrigada a anular a eleição. Daí por diante as hostilidades já não eram mais políticas, passando ao terreno pessoal. O coronel Ponce sempre lutou pela legalidade e diante dos fatos, como chefe do Partido Republicano, decidiu que o partido não lançaria candidato para as novas eleições. Foi quando surgiu no cenário político a figura de Antônio Pedro Alves Barros, nascido em São Luiz, Estado do Maranhão, em 1844. Disse ele em sua justificação de solteiro que em 1859 contava 15 anos quando foi para a Escola Militar, no Rio de Janeiro, onde permaneceu 5 anos, saindo oficial da Marinha e lá permaneceu até o ano de 1870, quando pediu baixa e se empregou como comandante de um navio da navegação de Mato Grosso e fixou residência em Corumbá. Era filho legítimo de Antônio Ventura de Barros e Amália Joaquina Alves Barros. Casou-se às 6 horas da tarde do dia 2 de janeiro de 1878, na catedral de Cuiabá, com 34 anos, com Constança Amélia de Matos, com 14 anos, filha legítima do desembargador Firmo José de Matos e de Francisca Rosa de Moraes Matos (Veja as famílias: Moraes e Souza, Souza Neves e Almeida Borralho). O desembargador era homem rico, mais conhecido como Barão de Casalvasco, cujo título de baronia não se consumou. Eleito, Antônio Pedro Alves de Barros tomou posse a 15 de agosto de 1899. Triste fim de século para Mato Grosso e pior ainda no início do seguinte. O primeiro vice-presidente de Antônio Pedro Alves Barros era o coronel João Pias de Barros, irmão do coronel Antônio Paes de Barros, e o 2º vice-presidente era o coronel João Ferreira Mascarenhas, mais conhecido por Jango Mascarenhas. Deu-se o início de vários focos de agitações políticas, hostilmente com o presidente Antônio Pedro Alves Barros. Em Paranaíba surge Dionízio Benitez, chefiando um grupo armado e entra em choque com os Garcias, fortes fazendeiros naquela região, e, perseguido, Dionízio é morto em Rio Verde, em Goiás. Jango Mascarenhas, com prestígio em Nioaque e Miranda, lá mantinha sua liderança. Diante destas agitações, Antônio Pedro Alves Barros entrega o governo ao 1º Vice-Presidente João Paes de Barros, que assume a 4 de abril de 1900 e permanece até 23 de agosto deste mesmo ano, quando reassume Antônio Pedro Alves Barros. Mas ao reassumir o governo, anula vários atos feitos pelo coronel João Paes de Barros. A cisão foi inevitável.

Mas o coronel Antônio Paes de Barros continuou apoiando o presidente Antônio Pedro Alves Barros. Durante o ano de 1900 os contrários ao governo não mudaram sua posição e cada vez mais a agitação crescia. Em 1901, já se fomentava focos mais agitados e o coronel Jango Mascarenhas morre em combate em outubro de 1901 em Nioaque. Não dispondo o governo de forças suficientes para fazer frente a grupos armados, organizou uma tropa que denominou "Batalhão Patriota" e entregou o comando ao coronel Manoel Pedroso da Silva Rondon e este escolheu seus comandados, que saíram para vários pontos do Estado, onde admitiam haver grupos armados. Era o início do terror. O alvo eram os adversários políticos. Um grupo foi para Diamantino e lá praticaram barbaridades, depredações e até saque na igreja. A finalidade era amedrontar quem fosse contra o governo e o pior: o roubo, o saque, a violência, sem que ninguém tivesse a quem recorrer, a não ser a sua própria reação. Note-se que o governo era Antônio Pedro Alves Barros e o comandante do "Batalhão Patriota" o coronel Manoel Pedroso da Silva Rondon. O coronel Antônio Paes de Barros não aparece neste cenário.

Para o lugar São Miguel foi enviado o coronel José Antônio de Souza Albuquerque, mais conhecido por Juca de Albuquerque e lá assassinaram o comerciante português João Antônio Pimenta e o professor Nuno de Mendonça Sobrinho. Já se iniciava o refúgio dos contrários ao governo, pois lá também se encontravam o coronel Antônio Cesário de Figueiredo e seu genro João Lourenço de Figueiredo, que conseguiram escapar da sanha dos comandados por Juca de Albuquerque. Por ato presidencial nº 824 de 14 de outubro de 1901, o Batalhão Patriota passou ao comando do coronel Antônio Paes de Barros. E foi no período em que o coronel Antônio Paes de Barros esteve no comando do Batalhão Patriota, que se deu o mais sanguinário de todos os atos de violências contra os contrários ao governo. Aconteceu neste período, o mesmo que aconteceu em 1834, na "Sedição de Cuiabá" depois chamada "Rusga". Todos buscavam salvar a vida por todos os meios possíveis e impossíveis; fugiam buscando abrigo. Era o coronel João Paes de Barros proprietário da Usina Conceição à margem do Rio Cuiabá e próxima de Santo Antônio de Leverger e dissidente do governo embora na qualidade de 1º vice-presidente. Para lá muitos chefes políticos e pessoas importantes na época, buscaram abrigo. Muitos foram partidários de Antônio Pedro Alves Barros e do coronel Antônio Paes de Barros, mas não concordando com os atos de barbaridades praticadas pelo governo, afastaram-se dele e se tornaram, por isso, inimigos. Naquele fatídico dia 4 de dezembro de 1901, estavam na Usina Conceição, sob a proteção do coronel João Paes de Barros, cerca de 200 pessoas, desarmadas, sem pretensão de derrubar o governo, mas simplesmente salvarem suas vidas. Nesta época o coronel Antônio Paes de Barros era o chefe do partido e era chefe de polícia seu genro, Dr. João de

Aquino Ribeiro. Daqui em diante veremos o que aconteceu naquele dia 4 de novembro de 1901, através do inquérito policial que encontramos no acervo do cartório do 6º ofício, no Arquivo Público de Mato Grosso, pelo depoimento das testemunhas. Era Chefe de polícia Inácio Maranhão de Rocha Vieira, que depois de concluído o inquérito, enviou-o ao coronel Cesário de Figueiredo, com os seguintes termos: "Que se acha preso na cadeia pública de Cuiabá, o indigitado Viriato Rondon, autor de diversos assassinatos praticados na Baía do Garcez, em novembro de 1901, etc..."

Réus:

Viriato Rondon de Arruda

Coronel Henrique Paes de Barros

Coronel Severo José da Costa e Silva e outros:

1ª testemunha:

Antônio de Vasconcelos Pinto, com 31 anos, natural de Cuiabá, ouvida a 24 de agosto de 1906: "Disse que tendo arrebetado no sul do Estado uma revolução e o governo ficou receoso que a mesma viesse repercutir nesta capital; começou o governo com o coronel Antônio Paes de Barros desenvolver perseguições de toda espécie, contra os membros em partido de oposição a esse governo, os quais para evitá-las foram procurar abrigo e garantia de vida na propriedade agrícola do finado coronel João Paes de Barros, então 1º Vice-presidente do Estado e irmão do coronel Antônio Paes de Barros, então do partido dominante, mais conhecido por Totó Paes. Achando-se na Usina Conceição um número de quase 200 pessoas amigas, asiladas com garantia dada a seu irmão, coronel João Paes de Barros, pelo coronel Antônio Paes de Barros, que nada sofreriam os que estivessem na Usina. Foi quando aconteceu na manhã de 3 de novembro de 1901, surpreendidos por um forte tiroteio saindo dos flancos da referida fazenda. Disse mais que apesar do enorme tiroteio que faziam as tropas do governo, sempre se conservando calmo e sereno o coronel João Paes de Barros e todos os seus amigos. Disse que uma vez cessado o tiroteio, entraram na Usina diversas pessoas que faziam parte da força, destacando-se o coronel Henrique Paes de Barros e seu irmão o coronel José Paes de Barros, os quais prenderam todos os presentes que foram conduzidos para a casa do engenho. Ao amanhecer do dia seguinte se fez presente o Dr. Aquino, chefe de polícia e genro do coronel Antônio Paes de Barros e o coronel Henrique Paes de Barros fez sair todos que se achavam presos na casa do engenho e dividiu em três turmas, sendo uma composta das principais pessoas de Santo Antônio e da capital, em número de 17, que foram entregues a uma cavalaria comandada por Viriato Rondon de Arruda, os quais, chegando no lugar denominado Baía do Garcez foram todos atrozmente assassinados por ordem do coronel Henrique Paes de Barros. Que a Baía do Garcez dista mais ou menos meia

légua da Usina (Conceição) onde ele se achava. Que chegando na Usina no dia 4 de novembro, teve ordem do coronel Henrique Paes de Barros para se reunir àquela força comandada por Viriato Rondon de Arruda, ignorando, todavia, qual o fim projetado. Disse que foi Viriato o único assassino de todos; que não satisfeito em matá-los a tiros, cortava as faces das infelizes vítimas. Que depois de mortos abriram os ventres dos cadáveres, lançando em seguida à Baía para pastos das piranhas. Que as vítimas eram: Flávio de Matos, Antônio Gomes Moreira, José Augusto Teixeira e outros. Que faziam parte da força assassina 40 e tantas pessoas, podendo-se recordar como fazendo parte dela, Viriato Rondon e os mais para ele completamente desconhecidos. Que as outras duas turmas seguiram, uma para a Usina Itaicy e outra para Cuiabá. Que voltando a força assassina para a Usina Conceição, ouviu Viriato dizer ao coronel Henrique Paes de Barros, que havia cumprido a risca as suas ordens, assassinando os bandidos”.

2ª testemunha:

Bartolino Alves a Cunha, com 47 anos, empregado público, ouvida a 25 de agosto de 1906: “Disse que receoso o governo e o partido, começaram perseguir adversários. Que mais de 200 pessoas, mais ou menos, foram-se asilar na Usina Conceição de propriedade do coronel João Paes de Barros, irmão do coronel Antônio Paes de Barros, chefe do partido dominante. Que foram surpreendidos na madrugada de 4 de novembro de 1901, por uma grande força do governo, da qual ele depoente fazia parte, como tenente da "patriota", cuja força tiroteou contra a Usina por mais de meia hora. Que o dono da Usina e seus companheiros se conservavam em atitude benigna, até que a força se aproximou da Usina, comandada pelos coronéis Henrique Paes de Barros e José Paes de Barros, ambos irmãos do coronel Antônio Paes de Barros, os quais prenderam todos que aí se achavam, recolhendo-os à casa do engenho, onde passaram a noite, sendo retirados daí ao amanhecer do dia seguinte, e depois da chegada do Dr. João de Aquino, chefe de polícia e genro do coronel Antônio Paes de Barros. Feita a chamada em voz alta de todos os presos, foram estes divididos em três turmas. A primeira com 17 pessoas quase todas de distinção. A segunda turma era pessoal médio e a terceira turma do pessoal que trabalhava na Usina. As últimas duas turmas foram de lancha, uma para o Itaicy e a outra para Cuiabá. A primeira turma foi entregue pelos coronéis Henrique Paes de Barros e José Paes de Barros a Viriato Rondon, comandante de uma turma de 40 homens a cavalo. Que mais ou menos uma hora da partida da primeira turma, ele depoente e mais oito companheiros seguiram para Cuiabá, seguindo a batida daqueles até um lugar onde existem duas encruzilhadas, perderam os rastros da referida turma. Que continuando sua marcha, ele e seus companheiros ouviram descargas, fazendo crer que foram os 17 entregues a Viriato assassinados”.

3ª testemunha:

João Pedro de Figueiredo, com 26 anos, filho de Luiz de Figueiredo, solteiro. "Disse que fez parte de uma força do governo, quando em 1901 foi atacar a Usina Conceição. Que no dia seguinte, 4 de novembro de 1901, mais ou menos, a força sitiou a Usina de propriedade do coronel João Paes de Barros. Que os coronéis Henrique Paes de Barros e José Paes de Barros prenderam todos. Que no dia seguinte chegou o Dr. Aquino, chefe de polícia e genro do coronel Antônio Paes de Barros e ordenou a chamada de todos. O pessoal foi dividido em três turmas. A primeira do melhor pessoal de Estado, em número de 17, que foi entregue a Viriato Rondon, comandante, da qual fazia parte o depoente. Que foram barbaramente assassinados 16, escapando um Correntino. Que das vítimas só conhecia o coronel Flávio Crescêncio e Antônio Gomes Moreira".

4ª testemunha:

Francisco Borges da Costa com 34 anos, natural de Mato Grosso. "Disse que no dia 3 de novembro de 1901, foi intimado em nome do coronel Antônio Paes de Barros, para fazer parte de uma força que deveria seguir em diligência para Várzea Grande, mas invés de seguir para Várzea Grande seguiu para Usina Conceição, de propriedade do coronel João Paes de Barros, a qual foi sitiada pela mesma força. Que ao amanhecer do dia 4, fazendo a força tiroteio contra a Usina. Que o coronel Henrique Paes de Barros e José Paes de Barros prenderam todos que ali estavam e recolhidos na casa do engenho. Os presos foram divididos em três grupos. Um, com 17 pessoas, que foi entregue a uma cavalaria comandada por Viriato Rondon e conduzido até à Baía do Garcez onde foram assassinados, com exceção de um Correntino que logrou evadir-se. Que das vítimas conhecia Antônio Gomes, Flávio e Manoel Teixeira Coelho, Eugênio e Garriga".

5ª testemunha:

Manoel Henrique da Cunha Pontes, com 23 anos. Disse que foi intimado pelo coronel Antônio Paes de Barros, chefe do partido dominante, para fazer parte de uma força. Que ao amanhecer do dia 4 de novembro de 1901 estava na Usina Conceição, onde estavam refugiadas várias pessoas. (Nota: este depoimento é muito vago. Na época dos acontecimentos o depoente tinha 17 a 18 anos e não tinha real idéia da conjuntura política de então).

6ª testemunha:

Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Quirino Ferreira da Silva, com 28 anos, filho legítimo do coronel Joaquim José Ferreira da Silva. "Disse que se refugiou na Usina Conceição, juntamente com outros. Que os cadáveres foram saqueados, pois reconheceu com um do grupo, usando um cinto de propriedade de Flávio Crescêncio de Matos. Entre

as vítimas conhecia: Teixeira Coelho, Gomes Moreira, José Augusto de Barros, Eugênio Vital, Garrige Nunes da Cunha e outros. Que o pessoal da Usina estava totalmente desarmado.

7ª testemunha:

João Ferreira da Silva (irmão do capitão Quirino Ferreira da Silva). “Disse que estava asilado na Usina Conceição, juntamente com outras pessoas e que houve grande tiroteio contra a Usina (Nada mais).

8ª testemunha:

Manoel Benedito do Couto, filho legítimo de Firmino Ferreira do Couto. “Disse que o coronel Antônio Paes de Barros havia dito que os asilados na Usina Conceição, nada sofreriam, porém não aconteceu, pois foram surpreendidos por uma força que atacou a Usina a tiroteio. Que no caminho para a Baía do Garcez, Flávio de Matos ofereceu toda sua fortuna a Viriato, para poupar sua vida e de seus companheiros e Viriato não aceitou. Que conhecia todas as vítimas e entre elas estavam: José Augusto Pompeo de Barros, Manoel Pinto Guimarães, Manoel Franco, Alberto Gultenez, Feliciano (este de Santo Antônio), João Simão (do capão do Piqui), Eustáquio Correntino (este de Várzea Grande). Que por ocasião das prisões bateram muito em Eustáquio Correntino, de coronha de carabina, que lhe quebraram a espinha dorsal e passou a noite amarrado no tranco, pelo pescoço e de manhã foi conduzido com os outros e morto na Baía do Garcez. Que outra turma foi para a Usina Itaicy, limpar os canaviais do coronel Antônio Paes de Barros, durante 25 dias e outros ficaram em solitárias, como Ildefonso Mendes Malheiros, promotor de Santo Antônio e o Alferes reformado do Exército, Luiz da Mata. Que o ataque à Usina Conceição foi no amanhecer do dia 3 de novembro e a mortandade na Baía do Garcez foi no dia 4 de novembro de 1901.

Morreram naquele fatídico dia 4 de novembro de 1901, as seguintes pessoas:

- 1) Flávio Crescêncio de Matos, político, jornalista, advogado provisionado e grande orador.
- 2) Antônio Gomes Moreira.
- 3) Manoel Teixeira Coelho, com 70 anos, advogado provisionado, filho de Antônio Teixeira Coelho.
- 4) Eugênio Vital.
- 5) Francisco Carrige Balbe.
- 6) José Augusto Pompeo de Barros.
- 7) Manoel Pinto Guimarães.
- 8) Manoel Franco da Fonseca.
- 9) Elberto Gelteus.
- 10) Feliciano Lemes do Nascimento.

- 11) João Simão.
- 12) Eustáquio Batista.
- 13) Florentino.
- 14) José Gonçalves.
- 15) Manoel Nunes da Cunha.
- 16) Não identifiquei.
- 17) Conhecido por Correntino, conseguiu escapar e dele não tenho notícia.

Concluído o inquérito, a denúncia foi oferecida pelo promotor público, Antônio de Paula Correa, contra:

Coronel Henrique Paes de Barros
Coronel Severo José da Costa e Silva
Coronel José Paes de Barros
Dr. João de Aquino Correa
Viriato Rondon
Honorato de Figueiredo
José Maurício Espiridião Fontes.

O processo não teve andamento, pois assim consta dos autos de inquérito. Na verdade tal massacre não fora ordenado pelo coronel Antônio Paes de Barros e sim pelos desmandos do Dr. João de Aquino, coronel Henrique Paes de Barros, coronel José Paes de Barros e outros chefes políticos. Admito que o coronel Antônio Paes de Barros soubesse que iriam prender, para amedrontar adversários asilados na Usina Conceição, mas jamais iria assumir tamanha responsabilidade. Tanto é que o fato lhe aborreceu muito e no dia 11 de novembro de 1901, pelo ato do governo nº831, passou o comando do Batalhão Patriota para o coronel Henrique Paes de Barros.

Este batalhão muito se beneficiou com bens alheios. Buscando indenizações pelos prejuízos causados pelo Batalhão Patriota, a 18 de julho de 1903 o coronel João Paes de Barros ingressou com uma ação de indenização contra o Estado de Mato Grosso, dizendo que no dia 3 de novembro de 1901, a Usina Conceição, de sua propriedade, foi sitiada por numerosa força de "patriotas", organizada e armada pelo capitão de mar e guerra Antônio Pedro Alves Barros e para esta empresa era comandada pelos coronéis Pedro Torquato Leite da Rocha, Severo José da Costa e Silva e Henrique Paes de Barros; pelos tenentes coronéis Manoel Wenceslau de Barros, Fernando Leite de Figueiredo, José Paes de Barros e outros cujos nomes ainda ignora o suplicante, sendo de toda força "patriota" do Estado, chefe supremo o coronel Antônio Paes de Barros, que permaneceu nesta capital, mas por cuja ordem - segundo voz geral, foram aqueles atacar a Usina Conceição, onde durante vários dias, além dos morticínios praticados,

produziram grandes danos em edifícios, gado vacum e cavalari e canaviais e ao retirarem-se, conduzindo todos os camaradas (empregados) da Usina. Que desde então não mais pôde trabalhar como anteriormente, por falta de pessoal e carência de garantias. De tudo isso tem resultado para o suplicante enormes prejuízos materiais que cada dia mais se vão avolumando pela impossibilidade em que se acha o suplicante, com a quase paralisação do serviço de seu estabelecimento, de atender a importantes compromissos contraídos em data anterior ao assalto do mesmo. Esta ação foi ajuizada mas não logrou o coronel João Paes de Barros nenhum êxito. Não recebeu nenhuma indenização pelos prejuízos sofridos.

Termina o governo de Antônio Pedro Alves Barros e foi eleito a 19 de fevereiro de 1903, presidente do Estado, o coronel Antônio Paes de Barros e foram seus vice-presidentes:

- 1) Coronel Pedro Leite Osório
- 2) Coronel Antônio Leite de Figueiredo

3) Coronel João Batista de Almeida Filho e tomaram posse a 15 de agosto de 1903. Durante seu governo muitos correligionários se afastaram, engrossando a corrente oposicionista, pelos desmandos cometidos, pelos desmandos do Dr. João de Aquino e seus seguidores. Os Murtinhos se afastaram por não concordarem com estes desmandos. Era chefe de polícia de seu governo o Dr. José Murtinho Sobrinho (mais conhecido por Zeca Murtinho, filho do Dr. Manoel José Murtinho, que na época era Ministro do Supremo Tribunal. Como até hoje e será sempre, o governo tem adeptos e opositores em todas as regiões do Estado. Antônio Mendes Moreira pertencia ao grupo oposicionista no sul do Estado, residente em Campo Grande-MS. Estava em Cuiabá e isto era do conhecimento de todos. O Dr. João de Aquino mandou uma pessoa de sua confiança fazer amizade com Antônio Mendes Moreira e por ele ficou sabendo o dia em que o mesmo iria para Campo Grande e esta pessoa de confiança do Dr. João de Aquino se ofereceu para fazer companhia a Antônio Mendes Moreira, em sua viagem, cujo transporte era o cavalo. Assim combinaram dia e hora e saíram de madrugada, ficando acertado que o homem de confiança do Dr. João de Aquino iria na frente, para que os matadores tivessem certeza que Antônio Mendes Moreira vinha logo atrás. Contudo, o Dr. João de Aquino planejou diferente: mandou matar os dois, para não haver testemunhas. Conheci uma cruz de grande porte, bem atrás da Igreja do Rosário, no bairro Baú, e era conhecida como a cruz do Mendes, já não existe mais. De tudo isto tomou conhecimento o Dr. Zeca Murtinho e pediu exoneração do cargo de chefe de polícia, dizendo ao coronel Antônio Paes de Barros que não continuaria no cargo, em razão do Dr. João de Aquino andar fazendo uma série de barbaridades e assassinatos e que ele, coronel Totó Paes não admitia que se instaurasse inquérito contra o mesmo

em virtude de ser seu genro. O coronel Totó Paes ainda relutou, alegando que muito necessitava de seus serviços no governo, mas o Dr. Zeca Murtinho, através de uma carta ao governo, exonerou-se. Por esta atitude ganhou um ferrenho inimigo: o Dr. João de Aquino que não pensou muito para mandar matá-lo. Residia o Dr. Zeca Murtinho na rua Pedro Celestino, na mesma casa que até hoje reside seu filho, Paulo Murtinho, que me narrou estes fatos que ouvira do pai. O Dr. Zeca Murtinho criava canários belgas e costumava deixar uma gaiola pendurada num prego na janela da frente para rua. Certa noite, lá pelas 7 horas, estava na sala conversando com um amigo, chefe dos correios em Cuiabá. Tinha estatura pequena. Em dado momento o Dr. Zeca Murtinho disse que iria tirar a gaiola e sua mulher alertou: "Não vá, Zeca; lembre-se que você agora é inimigo de Totó Paes; mas ele não deu importância e se levantou, mas foi interrompido pelo amigo que se ofereceu para tirar a gaiola. Quando levantou as mãos para pegá-la ouviu-se um estampido. Dois homens do Dr. João de Aquino estavam na frente da casa esperando a hora em que o Dr. Zeca Murtinho fosse retirar a gaiola. A bala atravessou uma das mãos do chefe dos correios e dali foi diretamente para a farmácia do coronel Pedro Celestino e este fez-lhe o curativo. Era o princípio do fim. Dr. Zeca Murtinho ficou sabendo que eram os homens do Dr. João de Aquino, mas em tal situação não tinha a quem recorrer. Era no início de 1906. Escreveu ao pai, Dr. Manoel José Murtinho, narrando os fatos. Como resposta do pai recebeu: "Somente uma revolução para derrubar Totó Paes". Os opositoristas começaram arregimentar tropas em todos os pontos do Estado, principalmente em Corumbá, onde começou o levante. Diamantino, Rosário Oeste, Chapada dos Guimarães e outros pontos, foram formando grupos armados, de todas as formas possíveis. Até mesmo com facas amarradas em pontas de varas. Houve lutas violentas em Cuiabá, mas o coronel Totó Paes não dispunha de meios para fazer frente a tamanha força, do chefe maior, coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce. Cuiabá sitiada, o coronel Antônio Paes de Barros foi intimado a se render. Jamais faria isto, porque seria um ato de covardia e isto não era do seu feitio; seria um ato de fraqueza e isto não fazia parte de seu comportamento. Abandonou o governo a 1º de julho de 1906. Ficando o governo acéfalo, tomou posse no dia 2 de julho o 1º vice-presidente Pedro Leite Osório. Como tantas pessoas no mundo teve seu delator, o coronel Totó Paes também teve o seu. Saiu de Cuiabá o coronel Totó Paes, sozinho, a cavalo, para a fábrica de pólvora do Coxipó do Ouro, mas um delator fez ciente ao comando da tropa em ação, o seu destino. Seguiu em seu encalço uma tropa chefiada pelo tenente Joaquim Sulpício de Cerqueira Caldas, filho do cônego Joaquim de Souza Caldas. (veja as famílias: Silva Albuquerque e Cerqueira Caldas). Chegaram à fábrica de pólvora, lá estava o coronel Totó Paes, andando no pátio da fábrica, quando

foi atingido pelo tenente Joaquim Sulpício de Cerqueira Caldas, na perna, caindo no local. Começou uma selvageria, matando-o aos poucos. Cortaram-lhe o bigode, as orelhas, a garganta e depois deram-lhe tiros e lá o abandonaram. Uma semana depois foi o cadáver exumado para exame de corpo de delito. Quem ordenou ao tenente Joaquim Sulpício assim agir? Jamais seria por determinação do coronel Generoso Ponce, pois ficou tão aborrecido com esta atitude, como ficara Totó Paes ao saber da chacina da Baía do Garcez. O coronel Generoso Ponce jamais foi chefe para praticar atos desta natureza, pois sempre lutou pela legalidade; queria, como tantos outros chefes menores, pôr fim aos atos de barbarismo praticados no governo de Antônio Pedro Alves Barros e no do coronel Antônio Paes de Barros. É sempre sobre o chefe que desaba o peso da culpa de seus correligionários, mesmo que ele não tenha conhecimento dos fatos. Mesmo em vida do coronel Antônio Paes de Barros e depois de sua morte, todos os que agiram por conta própria, sobre ele lançavam a culpa. É por demais sabido que nenhum coronel de engenho, fazenda ou Usina, não tinha o direito de demonstrar fraqueza, sob pena de cair em descrédito, perante a sociedade a que pertencia. Coisas de uma época. Mesmo quando o coronel Totó Paes estava no governo, muitos atos abusivos foram praticados. José Anibal Bouret rompeu com Totó Paes e se exilou em Montevidéu. Ficou dona Ana Elídia com os filhos pequenos, à frente do armazém na rua 15 de Novembro. Narrou-me seu filho Zelito Bouret (José Anibal Bouret Filho) que lá chegou um tenente da polícia com 2 ou 3 carroças e alguns soldados, dizendo que o coronel Totó Paes requisitava mercadorias do armazém. Dona Ana Elídia disse que não entregava, pois a ordem de seu marido era vender somente a vista. Mas o tenente não deu importância e mandou que enchessem as carroças. Do outro lado de rua 15 de novembro estava o coronel Virgílio Alves Correa e vendo aquele movimento para lá se dirigiu e tomou conhecimento dos fatos. Disse para dona Ana Elídia: "Deixe levarem e tome nota de tudo que me responsabilizo". Assim foi feito e uma semana depois o coronel Virgílio Alves Correa pagou a quantia das mercadorias. Levou ao conhecimento do coronel Totó Paes aquele ato e este mandou pagar.

O primeiro ato de arbitrariedade cometido no governo Antônio Pedro Alves Barros foi contra o coronel João Pedro de Arruda, que ingressou em juízo com uma ação de indenização, contra o Estado de Mato Grosso, a 30 de julho de 1914, através do advogado Antônio de Paula Correa, alegando que: "Em 1899, as forças do governo (Batalhão Patriota) invadiram a Usina denominada Flexas e sua fazenda, levando de lá 2.660 cabeças de gado. Que em 1901 esta mesma força invadiu sua fazenda em Piraim, de onde levaram 2.000 cabeças de gado e 50 cavalos mansos. Pleiteava a indenização no valor de 97:000\$000 (noventa e sete mil contos de réis). Nada recebeu, pois o juiz

julgou a ação perempta.

A 20 de outubro de 1920, João Francisco de Arruda ingressou com uma ação de indenização contra o Estado de Mato Grosso, dizendo que era criador no lugar Carvoal Grande, na Ilha de Praitim e vizinhanças. Que em 1901 possuía em seus campos 4.000 cabeças de gado vacum e cavalari. Que neste ano de 1901 o governo armou forças para defender a situação política dominante, contra os revolucionários que se levantaram em Santana de Paranaíba, Cuiabá e Rosário. Que a Usina Conceição foi o principal teatro das cenas de selvagerias, deixando na história horrivelmente, a lúgubre chacina da Baía do Garcez. Que as forças em operação em Santo Antônio do Rio Abaixo estavam sob o comando de Henrique Paes de Barros e as tropas sob o seu comando invadiram sua fazenda, mataram gado e retiraram cavalos de serviço e seus camaradas (empregados) deixando a fazenda totalmente abandonada. Que a fazenda fora invadida várias vezes para retirar gado para alimentar as tropas do Rio Abaixo e Cuiabá e de lá retiraram 3.500 cabeças de gado vacum e cavalos de serviços. Passada a tempestade política, o autor conseguiu reorganizar sua fazenda e em 1906 contava já com 2.000 cabeças de gado. Com o movimento revolucionário de 1906, novamente sua fazenda foi invadida por agentes do governo, prendendo seus camaradas e levando 1.700 reses, que mal conduzidas, muitas se desgarraram e depois eram caçadas por moradores do Rio Abaixo. Tal situação aconteceu, tendo em vista ser o autor adversário político, pois não tem conhecimento de ter a mesma coisa acontecido em outras fazendas. Esta ação visava receber a indenização de 104:000\$000 (cento e quatro mil contos de réis), no valor de 20\$000 (vinte mil réis por cabeça). Da mesma forma, nada recebeu. A alegação era sempre a mesma: não eram tropas regulares do governo (quando se sabe que estas tropas foram organizadas pelo governo e a seu proveito). Terminou, assim, a 6 de julho de 1906 a vida de um homem de elevado valor social e econômico de Mato Grosso, tragicamente, cuja memória permaneceu enegrecida pela tinta da política. No inventário do coronel Antônio Paes de Barros apareceram os seguintes bens:

Sesmaria Itacy, à margem direita do rio Cuiabá, com usina de fabricar açúcar e álcool, com casas, limitando-se na parte de cima com as terras denominadas São José, pertencentes ao capitão Luiz da Costa Ribeiro Fontes, no município de Santo Antônio do Rio Abaixo.

Cinco partes de terras na sesmaria denominada Melgaço, à margem esquerda do rio Cuiabá, no município de Santo Antônio.

Uma parte de terras no lugar denominado Pedro Alves, no Barreirinho ou Quilombinho, à margem esquerda do rio Cuiabá, no distrito de Melgaço.

Uma posse no lugar Água-Limpa, à margem direita do rio Cuiabá,

no rio Piraim, no distrito de Melgaço.

Terras à margem direita do rio Piraim, denominadas: São José, Macory e Bela Vista, no município de Livramento.

Quarta parte da sesmaria Baía dos Cavalos, em Livramento.

Uma parte de terra no rio Piraim de baixo, no lugar denominado Formosa, em Livramento.

Uma parte de terras na sesmaria Coqueirinho, em Livramento.

Uma parte de terras à margem esquerda do rio Piraim, denominada Santana, no município de Santo Antônio.

Duas partes de terras na Ilha do Piraim, compradas de Augusta Maria da Silva e de Mariana Francisca da Cunha, herdeiras de Francisco de Paula Alcântara.

Uma posse com 1.760 hectares, no Largo do Coxipó, em Santo Antônio.

Quarta parte da sesmaria Maravilha, em Santo Antônio (herança de seu sogro).

Uma posse no lugar denominado Pocinho, à margem esquerda do rio Cuiabá, em Santo Antônio.

Metade da posse denominada Figueira, com 13.364 hectares, em Santo Antônio.

Metade da posse denominada Curral de Varas, com 9.637 hectares em Santo Antônio.

Metade da posse denominada Ribeirão Grande, com 21.517 hectares em Santo Antônio.

Metade da sesmaria denominada Curral de Varas com 13.068 hectares, em Santo Antônio.

Metade da sesmaria denominada Tamanduí, com 10.672 hectares, em Santo Antônio.

Metade da posse denominada Sertãozinho, em Santo Antônio.

Uma casa na sede do distrito de Melgaço.

Uma casa em Cuiabá, na Praça Ipiranga, dando fundos para rua Antônio Maria. Nota: esta casa fica na esquina da rua Desembargador Lobo com frente para a Praça Ipiranga.

Quarta parte de uma casa na Praça da Matriz em Santo Antônio.

Uma casa na rua 13 de Junho em Cuiabá.

Duas terças partes na chácara situada na rua Couto Magalhães (hoje rua 15 de Novembro) esquina com a travessa Santa Terezinha quase em frente ao portão do colégio São Gonçalo.

Uma lancha a vapor que se chamava Itaicy e depois passou a se chamar Cáceres.

Uma chata grande de madeira denominada Melgaço.

Uma chata de ferro também denominada Melgaço.

Itaicy foi vendida por Luiza da Silva Albuquerque em 1845 (viúva do cel. João Pompílio Caldas), a Carlos José de Pinho por 600\$000 a parte à margem direita do rio Cuiabá. Eram duas partes: uma à direita e outra à esquerda. A parte à esquerda foi vendida a Germano da Costa Vital por 400\$000.